### CONSIDERANDO:

- que o referido Município foi afetado por Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - COBRADE 1.3.2.1.4, no dia 13 de fevereiro de 2023;
- o contido no Decreto nº 049, de 14 de fevereiro de 2023, do Prefeito Municipal de São Gonçalo, que declarou a Situação de Emergência em áreas daquele Município;
- as consequências desse desastre, que resultou nos danos e prejuízos, conforme Formulário de Informações do Desastre - FIDE, constante no Processo SEI-270013/000188/2023;
- que compete ao Estado a preservação do bem-estar da população, bem como das atividades sócio econômicas nas regiões atingidas por eventos adversos, causadores de desastres, para, em regime de cooperação, combater e minimizar os efeitos das situações de anorma-

### **DECRETA**

Art. 1º - Fica homologada a SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA declarada pelo Decreto nº 049, de14 de fevereiro de 2023, do Prefeito Municipal

Parágrafo Único - Este Decreto é válido para as áreas afetadas, conforme descrito no Formulário de Informações de Desastre - FIDE

- Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pela Portaria nº 260, de 02 de fevereiro de 2022 e o Decreto Estadual 46.935, de 12 de fevereiro de 2020 e, em consequência desta aprovação, passam a produzir os efeitos jurídicos que lhes são próprios, no âmbito da Administração Estadual.
- Art. 3º Com base no Inciso IV, do artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), e considerando a urgência da situação vigente, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos
- Art. 4º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta de dotação orçamentária própria dos Órgãos e entidades Públicas Estaduais, ficando autorizada a suplementação de créditos extraordinários, na forma do artigo 167, §3º, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A atualização dos recursos financeiros Estaduais, de forma extraordinária, fica condicionada ao reconhecimento de Situação de Emergência por parte do Governo Federal

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo viger por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do ato de reconhecimento pelo Governo Federal de situação de emergência decretada pelo município.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2023 **CLÁUDIO CASTRO** Governador

### **DECRETO Nº 48.431 DE 28 DE MARÇO DE 2023**

HOMOLOGA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DECLARADA PELO DECRETO Nº 2.066, DE 25 DE JANEIRO DE 2023. DO PREFEITO MU-NICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do art. 145, da Constituição do Estado, e o que consta no processo nº SEI- 270013/000173/2023; CONSIDERANDO:

- que o referido Município foi afetado por Inundações COBRADE
- 1.2.1.0.0, no dia 24 de janeiro de 2023;
   o contido no Decreto nº 2.066, de 25 de janeiro de 2023, do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Itabapoana, que declarou a Situação de Emergência em áreas daquele Município;
- as conseguências desse desastre, que resultou nos danos e prejuízos, conforme Formulário de Informações do Desastre - FIDE, constante no Processo SEI-270013/000173/2023;
- que compete ao Estado a preservação do bem-estar da população, bem como das atividades sócio econômicas nas regiões atingidas por eventos adversos, causadores de desastres, para, em regime de cooperação, combater e minimizar os efeitos das situações de anorma-

## DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA declarada pelo Decreto nº 2.066, de 25 de janeiro de 2023, do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Itabapoana.

Parágrafo Único - Este Decreto é válido para as áreas afetadas, conforme descrito no Formulário de Informações de Desastre - FIDE

- Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os crie o Decreto Estadual 46.935, de 12 de fevereiro de 2020 e, em conseguência desta aprovação, passam a produzir os efeitos jurídicos que lhes são próprios, no âmbito da Administração Estadual
- Art. 3º Com base no Inciso IV, do artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), e considerando a urgência da situação vigente, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de servicos e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos con-
- Art. 4º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta de dotação orçamentária própria dos Órgãos e entidades Públicas Estaduais, ficando autorizada a suplementação de créditos extraordinários, na forma do artigo 167, §3º, da Constituição Fe-

Parágrafo Único - A atualização dos recursos financeiros Estaduais. de forma extraordinária, fica condicionada ao reconhecimento de Situação de Emergência por parte do Governo Federal.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo viger por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do ato de reconhecimento pelo Governo Federal de situação de emergência decretada pelo município.

> Rio de Janeiro, 28 de março de 2023 **CLÁUDIO CASTRO** Governador

> > ld: 2467601

### DECRETO Nº 48.432 DE 28 DE MARÇO DE 2023

AUTORIZA A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO A FIRMAR CONTRATOS COM PROFESSORES POR PRAZO DETERMINADO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO ANO LETIVO DE 2023, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 37, INCISO IX, DA CONSTITUI-ÇÃO FEDERAL E NA LEI Nº 6.901, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVI-

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais, tendo em vista, o que consta do Processo Administrativo SEI-030029/015572/2022.

### **CONSIDERANDO:**

- o disposto no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal:
- o disposto no artigo 77, inciso XI, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro:
- o determinado na Lei nº 6.901, de 02/10/2014, que dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
- o comando constante no §2º, do artigo 210 da Constituição da República, segundo o qual, o

"ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem";

- o artigo 3º do Decreto nº 33.033, de 22 de abril de 2003, que explicita que as atividades de gestão e docência na Escola Indígena serão exercidas prioritariamente por professores indígenas, orinundos da respectiva etnia: e
- o dever constitucional do Estado de garantir educação a todos que desejarem e precisarem, e a necessidade de cumprimento do calendário escolar e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no que tange à oferta dos 200 dias letivos;

## DECRETA:

- Art. 1º Fica a Secretaria de Estado de Educação autorizada, nos termos do artigo 5º da Lei Estadual nº 6.901, de 02 de outubro de 2014, a proceder à prorrogação de
- I até 1.323 (mil, trezentos e vinte e três) contratos firmados com professores para atuação nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo 13 (treze) com carga horária de 22 (vinte e duas) horas semanais, para suprir as carências na Diretoria Regional Pedagógica de Unidades Prisionais e Socioeducativas, 1.050 (mil e cinquenta) com carga horária de 18 (dezoito) horas semanais e 260 (duzentos e sessenta) com carga horária de 30 horas semanais para suprir as carências existentes nas unidades escolares no ano de

Art. 2º - Fica a Secretaria de Estado de Educação autorizada, nos termos do artigo 5º da Lei Estadual nº 6.901, de 02 de outubro de 2014, a firmar até 677 (seiscentos e setenta e sete) contratos com Professores para atuação nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, distribuídos da se-

I - até 20 (vinte) professores para atuação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com carga horária de 22 (vinte e duas) horas semanais, para suprir as carências na birectoria Regional Pedagógica de Unidades Prisionais e Socioeducativas;

- II até 15 (quinze) professores para atuação nos anos iniciais do En-sino Fundamental, com carga horária de 22 (vinte e duas) horas se-manais, para suprir as carências nas Unidades Escolares Indígenas;
- III até 400 (quatrocentos) contratos para professores Docente I, com carga horária de 18(dezoito) horas semanais e 242 (duzentos e quarenta e dois) contratos para professores Docente I, com carga horária
- Art. 3º As normas complementares ao cumprimento do disposto neste Decreto serão baixadas pela Secretaria de Estado de Educação, no prazo de 10 (dez) dias, notadamente no que tange aos critérios objetivos e impessoais de recrutamento dos novos contratados, dando-se ampla divulgação de todas as fases do recrutamento e seleção, observados os princípios da legalidade, moralidade, impessoa-lidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo Único - Caberá à Secretaria de Estado de Educação re-

- l 5% (cinco por cento) das vagas aos portadores de deficiência, na forma da Lei Estadual nº 2.298/1994;
- II 20% (vinte por cento) das vagas a candidatos negros e índios, de acordo com a Lei Estadual nº 6.067/2011 e o Decreto Estadual nº 43.007/ 2011:
- III 10% (dez por cento) das vagas a candidatos com hipossuficiência econômica, de acordo com a Lei Estadual nº 7.747, de 16 de outubro
- Art. 4º As contratações de que trata o presente Decreto serão feitas
- Art. 4º As contratações de que trata o presente Decreto serão feitas por período de tempo determinado, estritamente necessário ao atendimento do ano letivo de 2023, observado, de todo modo, o prazo máximo estabelecido pelo artigo 5º da Lei Estadual nº 6.901/2014.
  Art. 5º A remuneração mensal dos professores contratados temporariamente, nos termos deste Decreto, obedecerá aos padrões remuneratórios do plano de carreira dos Professores Docentes I 18 e 30 horas, e Professores Docente II 22 horas, da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro.
- ${\bf Art.~6^o}$  Os professores convocados somente serão contratados após comprovarem aptidão no exame de saúde ocupacional.
- Art. 7º O contrato firmado de acordo com este Decreto extinguir-seá sem direito a indenizações quando houver o descumprimento integral ou parcial do Art. 39 do Decreto-lei nº 220 de 18 de julho de 1975 e seus incisos.
- **Art. 8º** Para fins disciplinares aplicam-se aos contratados nos termos deste Decreto os deveres e obrigações previstos no Decreto-Lei nº 220/75, tal como os procedimentos sancionadores e prazos que lhe
- Art. 9º Fica delegada competência ao titular da Secretaria de Estado de Educação para formalização, expedição e publicação de ato no qual deverá constar o nome do contratado, a função a ser exercida, a remuneração correspondente e o prazo do contrato, assim como os demais requisitos, de caráter pessoal, indispensáveis e a serem preenchidos pelos contratados.

Parágrafo Único - A competência prevista no caput poderá ser objeto

Art. 10º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2023

CLÁUDIO CASTRO Governador

ld: 2467660

## DECRETO Nº 48.433 DE 28 DE MARÇO DE 2023

TRANSFEREM, SEM AUMENTO DE DESPESA OS CARGOS EM COMISSÃO, VAGOS, QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-150001/007551/2023,

## **CONSIDERANDO:**

- a necessidade de observar os princípios que orientam a Administração Pública esculpidos no artigo 37 da Constituição Federal; e
- que compete privativamente ao Governador dispor sobre a organização e o funcionamento da administração pública estadual:

Art. 1º - Ficam transferidos, sem aumento de despesa, os cargos em comissão, vagos, conforme Anexo Único ao presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 28 de março de 2023

CLÁUDIO CASTRO Governado

## ANEXO ÚNICO

ID FUNCIONAL (último ocupante)	CARGO EM COMISSÃO	SÍMBOLO	ORIGEM	LOTAÇÃO RESULTANTE
VAGA DE DECRETO Nº 48.317, de 10/01/2023	ASSESSOR ESPECIAL	DG	SECC	INEA
51152134	SUPERINTENDENTE	DG	SECTI	INEA

\*DECRETO Nº 48.420 DE 24 DE MARÇO DE 2023

TRANSFORMA, SEM AUMENTO DE DESPE-SA, OS CARGOS EM COMISSÃO QUE MEN-CIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o disposto no Processo nº SEI-430001/000227/2023, CONSIDERANDO: a necessidade de observar os princípios que orientam a Adminis-
- tração Pública, esculpidos no artigo 37 da CRFB/88; que a presente reforma administrativa não acarretará em aumento

que compete privativamente ao Governador dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual; e

# **DECRETA:**

Art. 1º - Ficam transformados, sem aumento de despesa, os cargos em comissão na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Transformação Digital, conforme Anexo I.

Parágrafo Único - De forma a viabilizar a transformação do caput. fica exonerado o servidor mencionado no Anexo I ao presente Decreto

Art. 2º - Fica nomeado o servidor conforme Anexo II ao presente Decreto

- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Art. 3º Rio de Janeiro, 24 de março de 2023

> CLÁUDIO CASTRO Governador

## ANEXO I

l	CARGO E SIMBOLO A SER TRANSFORMADO			CARGOS E SIMBOLOS RESULTANTES			
	QUANTITATIVO	SÍMBOLO	CARGO EM COMISSÃO	ID FUNCIONAL	SÍMBOLO	CARGO	QUANTITATIVO
	01	DG	Diretor Geral	51020610	DAS-8	Diretor	01
					DAS-8	Assessor	02
					DAS-6	Assistente	16
					DAI-5	Assistente III	02

## ANEXO II

	NOMEAÇÃO DE SERVIDOR					
	ID FUNCIONAL	SÍMBOLO	CARGO EM COMISSÃO			
	51020610	DAS 8	Diretor			

\*Republicado por ter saído com incorreções no D.O. de 27/03/2023

# Atos do Governador

### ATOS DO GOVERNADOR DECRETOS DE 28 DE MARÇO DE 2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

## RESOLVE:

NOMEAR REBECCA OLIVEIRA VARGA, ID FUNCIONAL N° 5095352-4, para exercer com validade a contar de 27 de março de 2023, o cargo em comissão de Superintendente, símbolo DG, da Subsecretaria Executiva, da Secretaria de Estado de Saúde, em vaga resultante da transformação estabelecida pelo Decreto nº 48.421, de 24/03/2023 Processo nº SEI-080015/000449/2023

TORNAR SEM EFEITO o Ato de 20 de março de 2023, publicado no D.O. de 21/03/2023, que nomeou ANDRESSA FREITAS DE BARROS DIAS, ID FUNCIONAL Nº 5103514-6, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico, símbolo FAETEC 1, da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, anteriormente ocupado por Angelo de Azevedo Souza, ID Funcional nº 51383829. Processo nº SEI-260005/002370/2023.

ld: 2467657